

Tradução do italiano e edição por CN, 5.01.2014

(original em: <http://www.marxists.org/italiano/marx-engels/1872/autorita.htm>)

Sobre a autoridade

Friedrich Engels¹

Nos últimos tempos, alguns socialistas iniciaram uma verdadeira cruzada contra o que denominam de *princípio da autoridade*. Basta-lhes dizer que este ou aquele acto é autoritário para o condenarem. Abusa-se a tal ponto deste modo sumário de proceder que é necessário examinar a questão um pouco mais de perto. *Autoridade*, no sentido do termo de que se trata, quer dizer: a submissão da vontade de outrem à nossa; autoridade pressupõe, da outra parte, *subordinação*.² Ora, porquanto estas duas palavras soem mal e seja desagradável para a parte subordinada a relação que exprimem, trata-se de saber se há meio de prescindirmos dela e se – nas actuais condições da sociedade – a não podemos criar um outro estado social no qual a autoridade deixe de fazer sentido e, conseqüentemente, deva desaparecer. Examinando as condições económicas, industriais e agrícolas, que estão na base da actual sociedade burguesa, verificamos que têm tendência a substituir cada vez mais a actividade isolada pela acção combinada dos indivíduos. No lugar das pequenas oficinas de produtores isolados, surgiu a indústria moderna, com grandes fábricas e oficinas, nas quais centenas de trabalhadores operam máquinas complexas movidas a vapor; as carruagens e outros veículos foram substituídos nos trajectos de longo curso por comboios de via-férrea, assim como os pequenos barcos a remo ou à vela pelos navios a vapor. Mesmo a agricultura cai passo a passo sob o domínio da máquina e do vapor, que lenta mas inexoravelmente substituem os pequenos proprietários por grandes capitalistas que cultivam, com a ajuda de operários assalariados, grandes extensões de terra. Deste modo, a acção combinada, a crescente complexidade dos processos, que dependem uns dos outros, toma o lugar da acção independente dos indivíduos. E quem diz acção

¹ Texto publicado originalmente em língua italiana, em Dezembro de 1873, no *Almanacco Repubblicano per l'Anno 1874*. Na presente edição teve-se em conta as traduções russa e francesa. (N. Ed.)

² Engels distingue duas formas de autoridade: uma que *submete* os indivíduos nas sociedades onde há exploração do homem pelo homem, e outra que, implicando inevitavelmente «*subordinação*» à vontade de alguém, é imprescindível à vida em sociedade e ao trabalho colectivo. Como salienta Engels, «*a organização social do futuro restringirá a autoridade até o limite estrito em que as condições da produção a tornam inevitável*». (N. Ed.)

combinada, diz organização. Ora é possível haver acção combinada sem autoridade?

Suponhamos que uma revolução social destronava os capitalistas, cuja autoridade preside hoje à produção e à circulação da riqueza. Suponhamos, para nos colocarmos inteiramente no ponto de vista dos anti-autoritários, que a terra e os instrumentos de trabalho se tornavam propriedade colectiva dos operários que os utilizam. A autoridade desapareceria ou mudaria apenas de forma? Vejamos.

Tomemos, a título de exemplo, uma fábrica de fiação de algodão. O algodão tem que passar pelo menos por seis operações sucessivas antes de ser transformado em fio, operações que na sua maior parte se efectuam em locais diferentes. Além disso, para manter e controlar as máquinas é preciso um engenheiro, mecânicos para as reparações diárias e um grande número de operários para transportar os produtos de um lugar para outro, etc. Todos estes operários, homens, mulheres e crianças, são obrigados a começar e terminar o seu trabalho à hora determinada pela autoridade do vapor, que ignora a autonomia individual. Portanto, em primeiro lugar, é preciso que os operários se entendam sobre o horário de trabalho; uma vez fixado, todos sem excepção se submetem a esse horário. Depois surgem em cada lugar e a cada instante problemas de pormenor sobre o modo de produção, a distribuição dos materiais, etc., que têm de ser resolvidos imediatamente, sob pena de toda a produção parar no momento seguinte. E que sejam resolvidos por decisão de um delegado posto à frente de cada ramo da produção ou pelo voto da maioria, se tal fosse possível, a vontade de alguém deverá sempre subordinar-se, ou seja, as questões serão resolvidas autoritariamente. O mecanismo automatizado de uma grande fábrica é muito mais tirânico do que nunca o foram os pequenos capitalistas que empregam operários. Ao menos no que se refere ao período de trabalho, na porta dessas fábricas podia-se escrever: *Lasciate ogni autonomia, voi che entrate!*³ [Deixai toda a autonomia, vós que entraís]. Se o homem com a ciência e o génio inventivo submete as forças da natureza, estas vingam-se dele submetendo-o, enquanto ele as utiliza, a um verdadeiro despotismo, independente de toda a organização social. Querer abolir a autoridade na grande indústria, é querer abolir a própria indústria, é querer destruir as fábricas de fiação a vapor para voltar à roca.

Tomemos como outro exemplo uma ferrovia. Aqui também a cooperação de uma infinidade de indivíduos é absolutamente necessária; cooperação que tem de ter lugar a horas precisas a fim de que não haja acidentes. Aqui também a primeira condição é uma vontade dominante que resolva todas as questões secundárias, seja essa vontade representada por um só delegado ou por um comité encarregado de executar as decisões de uma maioria de indivíduos. Tanto num como noutro caso existe uma autoridade muito vincada. Mas mais ainda: que aconteceria ao primeiro comboio que partisse se fosse abolida a autoridade dos empregados da ferrovia sobre os senhores passageiros?

Mas não há necessidade mais evidente de uma autoridade, e de uma autoridade imperiosa, do que num navio no alto mar. Ali, no momento de perigo, a vida todos depende da obediência instantânea e absoluta de todos à vontade de um só.

³ Paráfrase do leiteiro colocado por cima da porta do Inferno de Dante: «*Lasciate ogni speranza, voi ch'entrate!*» (Deixai toda a esperança, vós que entraís), Dante Alighieri, *A Divina Comédia*, tradução de Vasco Graça Moura, Círculo dos Leitores, Lisboa, 1998, «O Inferno», canto III, verso 9), p. 43. (N. Ed.)

Quando apresentei argumentos similares aos mais furiosos anti-autoritários, estes não souberam responder-me senão isto: «Ah! Isso é verdade, mas aqui não se trata de uma autoridade que demos ao delegado, *mas de uma incumbência!*» Crêem esses senhores que mudaram a coisa ao lhe mudarem o nome. Eis como esses profundos pensadores zombam do mundo.

Vimos, pois, que de um lado certa autoridade, delegada não importa como, e de outra parte certa subordinação são coisas que, independentemente de toda organização social, se nos impõem com condições materiais nas quais produzimos e fazemos circular os produtos.

Vimos, por outro lado, que as condições materiais de produção e de circulação alargam-se inevitavelmente em função da grande indústria e da grande agricultura, e tendem a estender crescentemente o campo dessa autoridade. É portanto absurdo falar do princípio da autoridade como de um princípio absolutamente mau e do princípio da autonomia como um princípio absolutamente bom. A autoridade e a autonomia são coisas relativas, cujas esferas variam nas diferentes fases do desenvolvimento social. Se os autonomistas se limitassem a dizer que a organização social do futuro restringirá a autoridade até o limite estrito em que as condições da produção a tornam inevitável, poderíamos entender-nos; mas, em vez disso, permanecem cegos a todos os factos que tornam a coisa necessária e investem com ardor contra a palavra.

Por que razão os anti-autoritários não se limitam a clamar contra a autoridade política, contra o Estado? Todos os socialistas estão de acordo em que o Estado político e com ele a autoridade política desaparecerão em consequência da próxima revolução social, isto é, que as funções públicas perderão o seu carácter político, passando a ser simples funções administrativas, destinadas a zelar pelos verdadeiros interesses sociais. Mas os anti-autoritários exigem que o Estado político autoritário seja abolido de um golpe, mesmo antes de terem sido destruídas as condições sociais que o fizeram nascer. Exigem que o primeiro acto da revolução social seja a abolição da autoridade. Será que esses senhores nunca viram uma revolução? Uma revolução é, certamente, a coisa mais autoritária que existe: é o acto através do qual uma parte da população impõe sua vontade à outra parte por meio de espingardas, baionetas e canhões, meios autoritários desde que os há; e o partido vitorioso, se não quiser ter combatido em vão, deve manter este domínio com o terror que as suas armas inspiram aos reaccionários. A Comuna de Paris teria por acaso durado um só dia se não se servisse desta autoridade do povo armado frente aos burgueses? Não se pode, pelo contrário, criticá-la por não se ter servido dela mais largamente?

Portanto, das duas uma: ou os anti-autoritários não sabem o que dizem, e nesse caso não fazem senão semear a confusão; ou sabem, e nesse caso traem o movimento do proletariado. Num caso e noutro servem à reacção.